

Galdino foi vítima de homicídio doloso

Delegado envia o inquérito do assassinato do índio pataxó à Justiça, convencido de que o crime foi premeditado e hediondo

Brasília — Jamil Bittar

RENATO FAGUNDES

BRASÍLIA — O delegado Valmir Alves de Carvalho concluiu ontem o inquérito sobre a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, apesar de não ter recebido os laudos do Instituto Médico-Legal e do Instituto de Criminalística. O inquérito foi entregue à Justiça. Depois de ouvir 16 testemunhas e os quatro acusados, o delegado tem uma certeza: os quatro jovens que atearam fogo ao índio cometeram homicídio doloso qualificado, um crime hediondo, e corrupção de menores, por terem levado G.N.A.J., de 17 anos, a participar da ação. Somados os dois crimes, os quatro acusados estarão sujeitos a penas entre 13 e 34 anos.

O inquérito foi entregue às 18h ao corregedor geral de Polícia Civil do Distrito Federal, José Augusto Ferreira de Lima, que o encaminharia à juíza Leila Cury, do Tribunal do Júri do Distrito Federal. O atraso na liberação dos laudos técnicos tirou a paciência da presidenta do inquérito, delegada Rosângela Cele Silveira. "Não tem laudo, não tem laudo", ela disse, muito irritada, ao delegado Valmir, titular da 1ª Delegacia Policial, no fim da tarde, depois de esperar por quase duas horas pelos documentos no IML.

Valmir não se abalou: decidiu dar o inquérito por concluído e anexar os resultados da perícia e do exame cadavérico depois. Apesar de não ter recebido os documentos, o delegado foi informado pela Criminalística de que os dois recipientes de óleo encontrados no local do crime continham resíduos de álcool combustível. Com isso, o delegado disse não haver mais dúvidas de que os jovens compraram o álcool num posto de gasolina já com o objetivo de atear fogo ao índio.

Cobertor — O delegado disse ter certeza de que não havia nenhum cobertor sobre Galdino na hora do crime. Em seus depoimentos, Max Rogério Alves, 19 anos, Tomás Oliveira de Almeida, 18, e Eron Chaves de Oliveira, 19, afirmaram que havia o cobertor. Para Valmir, os três combi-



O delegado Valmir desistiu de esperar pelos laudos do IML e do Instituto de Criminalística, que não chegavam, e enviou o inquérito prometendo anexar depois os documentos

naram o que diriam, instruídos por seu advogado, para minimizar o crime. Antônio Novely Cardoso de Vilanova, 19, só vai depor em juízo. O menor G.N.A.J., irmão de Tomás, negou a existência do cobertor. Disse que o álcool foi jogado diretamente nas pernas de Galdino.

Ontem, foram ouvidos mais dois depoi-

mentos. A namorada de Max, Karla Montenegro Silva, 16 anos, confirmou que esteve com ele no dia do crime. Segundo ela, Max a deixou em casa a 1h do dia 20, quatro horas antes do assassinato, e não comentou que iria sair novamente. No dia seguinte, já preso, ele telefonou para ela, dizendo que tinha saído com "os meninos"

e feito "uma brincadeira com um mendigo e que "tudo saiu errado".

Monza — Também foi ouvido o aspirante a oficial da PM Marcelo Araújo Alves, que foi à casa de Max e o conduziu à delegacia, no dia do crime. Marcelo localizou o apartamento pela placa do Monza preto usado pelos rapazes. Chegou às 5h30

e perguntou a Max onde estava o carro. O jovem o seguiu até a casa do padrasto, onde estava o Monza, e disse que não usara o carro desde a manhã anterior. Como o motor ainda estivesse quente, Max reconheceu que alguém usara o carro. O jovem foi convencido a ir à delegacia registrar o incidente e confessou o crime.

Promotora acusa procurador de tumultuar processo

BRASÍLIA — O pedido do procurador da República no Distrito Federal (DF), Luis Wanderley Gazoto, para que a presidente substitua do tribunal, Leila Cury, declinasse de sua competência para julgar o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos provocou forte reação do Ministério Público do DF. O procurador pediu também que a Justiça Federal se declare competente para julgar o caso. Para ele, como se trata de um crime envolvendo um índio, que está sob a proteção da União, o julgamento deve ser transferido da Justiça do DF para a Justiça Federal.

"Ele (Wanderley) está tumultuando o andamento do processo e está, com isso, fazendo papel de advogado de defesa dos réus", afirmou a promotora de Justiça do DF, Maria José Miranda Pereira, depois de emitir parecer favorável a que a juíza Leila Cury se declare competente para deliberar sobre o assunto. A promotora também recebeu uma cópia do inquérito produzido pelo delegado da 1ª Delegacia de Polícia, Valmir Alves de Carvalho, e já ofereceu denúncia por crime triplamente qualificado e corrupção de menor contra quatro dos cinco rapazes acusados de incendiarem o índio.

Segundo Maria José, como procurador da República, Luis Wanderley não tem o poder de requerer que a juíza se declare impedida de julgar este ou qualquer outro caso. Mesmo que tivesse, acrescenta a promotora, Wanderley não poderia ter feito o pedido antes do delegado Valmir Alves ter remetido o inquérito ao Tribunal do Júri.

Para a promotora, a manobra de Wanderley irá atrapalhar o tramitação do processo e só beneficiará os réus. Ela lembra que, se a instrução probatória (fase de recolhimento de provas) não for concluída no prazo máximo de 81 dias, o advogado poderá da defesa poderá pedir o relaxamento da prisão dos acusados. "Ninguém pediu para julgar o caso do Paulinho Paikan (índio acusado de estupro por uma professora). Então, por que estão querendo cuidar deste?", questiona. Ela sustenta ainda que a especialidade de julgar crimes contra a vida é do Tribunal do Júri e não da Justiça Federal.

Interpeção — Ontem à tarde, Wanderley ingressou na Justiça Federal com uma interpeção para que o delegado Valmir Alves confirme ou desminta declarações dadas ao JORNAL DO BRASIL. Valmir disse que a atitude do procurador, ao tentar transferir o julgamento de um tribunal local para um federal, tinha cheiro de "armação". O delegado manteve, no entanto, sua posição. "Tem marmelada nesta história. Isso seria entregar o ouro na mão do bandido."

Seligman apressa Judiciário

BRASÍLIA — O ministro interino da Justiça, Milton Seligman, pretende se reunir, no início da próxima semana, com o presidente do Tribunal Regional Federal, Nelson Gomes da Silva, para pedir que o TRF apresse a decisão sobre a retirada dos fazendeiros que ocupam uma área de 778 hectares da reserva pataxó, no Sul da Bahia. O juiz Fernando da Costa Tourinho Neto já concedeu liminar favorável aos índios, mas falta o TRF julgar o mérito da questão e, se for o caso, ordenar a desocupação dos fazendeiros.

O juiz Antônio Neto, da Vara Federal de Ilhéus, a quem caberia tomar a decisão, declarou-se impedido de deliberar sobre o assunto com o argumento de que o processo já se esgotou na primeira instância. Seligman resolveu pedir pressa ao Judiciário depois de se reunir, no Ministério da Justiça, com o presidente da Funai, Júlio Gaiger. "O ministro não pode, mas eu, como presidente da Funai, vou pedir que o TRF revigore a decisão liminar de retirada dos fazendeiros", disse Gaiger.

No encontro com o ministro, Gaiger fez um relato sobre a situação na reserva pataxó após o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos e a reocupação, pelos índios, da área invadida. "A situação está sob controle", contou. O presidente da

Funai negou que tenha sido refém dos pataxós durante a manobra de reocupação do terreno dos índios, conforme disseram líderes da própria tribo. Gaiger disse que permaneceu no local porque, dado o cargo que detém, não poderia abandonar os pataxós naquele momento.

"Na verdade eu estava refém de uma situação, mas por vontade própria", tentou explicar. Para Gaiger, esses e outros boatos sobre sua demissão têm como origem funcionários da própria Funai, contrários à reforma que vem implementando na instituição. Desde que assumiu a presidência da instituição, Gaiger reduziu as despesas mensais com índios que vêm a Brasília de R\$ 150 mil para R\$ 30 mil. Agora ele planeja reduzir de 50 para 22 as administrações regionais.

Essas administrações — instâncias intermediárias na burocracia da Funai — continuariam existindo, mas com poderes reduzidos. Já está, segundo Gaiger, um dos motivos de resistência à sua gestão. Com a reforma administrativa, ainda no Congresso, Gaiger pretende enxugar o quadro de 3.500 funcionários. Isso, de acordo com ele, permitirá uma racionalização da administração e uma melhor aplicação dos recursos. "Isso é dinheiro público, que vai ou não beneficiar as comunidades indígenas", argumentou.

Câmara intercede por índios

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados criou ontem uma comissão externa para acompanhar a situação dos índios pataxós na região do sul da Bahia. A ideia é enviar um grupo de deputados para pressionar a Justiça a conceder reintegração de posse da área de 780 hectares que pertence à reserva e foi ocupada por cinco fazendas. Na quarta-feira, os índios decidiram não esperar mais pela decisão judicial e invadiram as terras.

O Tribunal Regional Federal concedeu a reintegração de posse em dezembro do ano passado, mas a devolução das terras aos pataxós ainda depende do julgamento de recursos impetrados pelos fazendeiros. "Um acompanhamento institucional poderá ser a solução para o impasse", disse o deputado Jacques Wagner (PT-BA).

A tribo pataxó também recebeu apoio do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), para permanecer nas cinco fazendas invadidas. Ele telefonou ao governador da Bahia, Paulo Souto, recomendando que

"seja cumprida a decisão judicial".

O apoio de ACM foi anunciado a parentes do índio Galdino Jesus dos Santos, assassinado no domingo, em reunião realizada quinta-feira à noite, no gabinete do senador. O presidente do Senado e ex-governador da Bahia telefonou na presença da comitiva para o governador Paulo Souto, cobrando explicações e querendo saber o que estava acontecendo.

Paulo Souto garantiu a ACM que o governo baiano manterá "a proteção policial e não ajudará os fazendeiros a expulsar os índios". O senador relatou a conversa ao cacique Gerson Pataxó, que esteve em seu gabinete acompanhado do deputado Jacques Wagner.

O índio disse, em uma ampla exposição, que tinha vindo a Brasília junto com Galdino para conseguir apoio na luta de sua tribo para recuperar as terras ocupadas pelos fazendeiros. Gerson manifestou preocupação com a possibilidade de novo conflito na região. "O Senado apoiará a briga dos índios pataxós", prometeu ACM.